

# O zumbido do direito ao aborto legal, por Debora Diniz

**(O Estado de S. Paulo, 11/07/2015)** Apesar de a política pública ser gentil e cuidadosa, aborto legal ainda não é uma garantia para brasileiras

Vá ao dicionário: drone é verbo e substantivo em língua inglesa. Zumbir, falar algo com monotonia. Mas também um pequeno avião, parecido com aqueles de brinquedo mandados para lá e para cá com um controle remoto. Mas um drone é poderoso, e há até quem o considere um veículo do demônio. Drones têm atravessado a fronteira da Alemanha para a Polônia levando medicamentos proibidos, daqueles que salvam vidas, mas carregam o estigma da imoralidade. Pílulas abortivas. Os pilotos dos drones são as mulheres que já navegaram barcos, as ousadas da organização holandesa *Women on Waves*. O uso de drones por organizações humanitárias transportando medicamentos traça um novo cenário para a conversa sobre o aborto - parece que estamos sobrevivendo a contextos bélicos em que a salvação precisa burlar fronteiras e polícias para que as mulheres não morram.

Não sei navegar barcos nem pilotar drones. Mas chego a pensar se não seria bom aprender, juntar um bando de abusadas, atravessar a fronteira do Brasil com o Uruguai e iniciar o transporte aéreo de medicamentos abortivos. E, antes que me acusem de incentivar ilegalidades, pois o aborto é crime por aqui, os drones seriam usados para o serviço de aborto legal: só em caso de estupro, para salvar a vida da mulher ou quando a gravidez fosse de um feto anencefálico. O Código Penal despenaliza o aborto nesses casos, e a política pública institui os serviços de aborto legal como espaços de cuidado. A mulher ficaria na porta de um desses serviços, preferencialmente no de Porto Alegre, para economizar bateria, e já entraria no serviço pronta para o atendimento médico.

Não sei navegar barcos ou pilotar objetos voadores, mas sei fazer pesquisa. A mais recente delas, financiada pela Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), contou os serviços de aborto legal no país, e depois esmiuçou as exigências de cada serviço para que uma mulher tenha acesso ao aborto. A surpresa foi triste: o dado oficial divulgado por ministérios era de que havia 62 serviços cadastrados como de referência para o aborto legal no país. Fomos mais otimistas, recontamos, começamos com 68. De um em um, fizemos perguntas básicas - atende aborto legal? Quantas mulheres já atendeu? Que documentos são exigidos para o procedimento? Dos 68, ficamos com 37. Isso mesmo, 31 não faziam aborto, nunca existiram como serviço de aborto legal, alguns nos benzeram por tamanha ofensa.

Se o drone não faz perguntas às mulheres quando entrega os medicamentos, os 37 serviços ativos são criativos no interrogatório. A política pública brasileira é gentil e cuidadosa com as mulheres, acredita quando uma mulher diz "fui estuprada". Por isso, assim como o drone, os serviços deveriam acolher as mulheres quando acionados - se uma mulher se apresenta como vítima de violência sexual e grávida, sendo sua vontade o aborto, o serviço deveria oferecê-lo com discrição e eficiência. A política pública recomenda o limite de 20 semanas de gestação. Palavra da mulher e tempo gestacional são os requisitos para o atendimento.

Tristemente, encontramos muitos serviços confusos quanto ao que fazem com o poder do jaleco branco: seriam eles cuidadores da saúde ou legisladores? Ou pior: policiais

investigadores da verdade do estupro? Em desordem, listo a criatividade para impedir o acesso ao aborto legal, e vejam o quanto um drone poderia ser mais eficiente para a política pública brasileira: dos 37 serviços, em 35 não há equipe específica, sendo o atendimento feito por quem estiver no plantão; em 2 só se atende gestação até 14 semanas; em 2 a mulher conversa com o advogado do hospital; em 3 ela se consulta com psiquiatra; em 2 não há anticoncepção de emergência; em 4 não há profilaxia para DST/aids; em 5 a mulher precisa antes ir à polícia e retornar ao serviço com um boletim de ocorrência policial; em 3, precisa ir ao Instituto Médico Legal; em 3, deve ir ao Judiciário e retornar acompanhada de um alvará judicial; em 4 é avaliada por comitê de ética institucional. E, em sete estados, só mesmo um drone para cuidar das mulheres, pois não há serviço de referência ativo.

Se drone é aviãozinho e zumbido, o aborto legal no Brasil precisa de algo parecido, só mais barulhento. Zumbir é pouco, precisamos gritar: nem o aborto legal é garantido no país. Uma resposta possível e confortante é acreditar que as mulheres acessariam o aborto legal fora dos serviços de referência, ou seja, que esse conjunto de barreiras para o acesso não impediria que as mulheres abortassem legalmente no Brasil. Difícil acreditar nessa tese, pois se nas instituições de referência, onde as equipes estariam sensibilizadas a entender o aborto legal como uma necessidade de saúde, encontramos esse quadro trágico, imagine nos sete estados onde sequer há serviços de referência para o aborto legal.

Honestamente, quem se habilita a iniciar o drone do aborto legal no Brasil?

**Acesse o PDF:** [O zumbido de um direito, por Debora Diniz \(O Estado de S. Paulo, 11/07/2015\)](#)

---

## [Mãe autoriza aborto em filha de 12 anos que engravidou após estupro](#)

**(Cidade Verde, 09/07/2015)** A conselheira tutelar Socorro Arraes informou que foi autorizado o procedimento de aborto na garota de 12 anos que engravidou após ser estuprada, em um casarão na Zona Leste da capital, há cerca de dois meses. O termo de autorização foi assinado pela mãe da adolescente, na manhã desta quinta-feira (09), na sede do Serviço de Atenção à Mulher Vítima de Violência Sexual (Samvvis), em Teresina.

**Leia também:** [Em 2014, cerca de 400 abortos legais foram realizados no Piauí; 74 em 2015 \(Meio Norte, 08/07/2015\)](#)

“Nesses casos de estupro que resultam em gravidez, a mãe da vítima tem que autorizar o procedimento. Agora, estamos com toda a papelada pronta para ser enviada à direção da Maternidade Evangelina Rosa. Ainda não se tem uma data definida para a realização do aborto, mas acreditamos que até a próxima semana teremos algumas resposta”, disse a conselheira.

Em entrevista ao Cidadeverde.com, Socorro Arraes informou também que até a data do procedimento, a garota ficará sob cuidados de psicólogos e assistentes sociais do Centro de

Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

“O Creas é um órgão especializado em cuidar de vítimas deste tipo de violência e que estão em situação de vulnerabilidade. Além destes profissionais, psicólogos da maternidade Evangelina Rosa também farão o acompanhamento. A adolescente desse caso tem 12 anos, mas com a mentalidade de uma menina de 10. Ela não conversa muito sobre o assunto e faz de conta que não está acontecendo nada. Afinal, ela é uma criança e requer cuidados”, reitera.

Socorro Arraes reforça que a garota já foi submetida à ultrassom. A violência sexual foi constatada através de exames de corpo de delito. O suspeito de praticar o crime é um tio da vítima que está foragido. De acordo com o representante da Comissão de Saúde da OAB/PI, o advogado Eudes Alves, a Ordem vai acompanhar todo o procedimento até o cumprimento da sentença do suspeito do estupro.

De acordo com ele, o mandado de prisão já foi expedido e um delegado foi designado de forma especial para acelerar a captura do autor dos abusos.

“A menina esteve hoje no Conselho [Tutelar], assinou o depoimento e a sua mãe também. Agora ela está sendo assistida pelos psicólogos e após reunião com psicólogos vai ser feito o procedimento. Depois ela receberá terapia. Eu como advogado e a conselheira tutelar estamos prestando assistência antes, durante e depois para que o caso seja acompanhado pela OAB até a sentença final”, disse.

*Graciane Sousa*

**Acesse no site de origem:** [Mãe autoriza aborto em filha de 12 anos que engravidou após estupro \(Cidade Verde, 09/07/2015\)](#)

---

## **Em 2014, cerca de 400 abortos legais foram realizados no Piauí; 74 em 2015**

**(Meio Norte, 08/07/2015)** Cada vez mais as mulheres estão praticando abortos espontâneos induzidos ilegais. De acordo com dados da Secretaria Estadual de Saúde, divulgados na terça-feira (07), 400 abortos legais foram realizados no Piauí. Na rede hospitalar 448 mulheres fizeram abortos legais, sendo que 374 ocorreram em 2014 e 74 deles somente este ano.

Os números na capital e no interior são considerados alarmantes. O índice do aumento da violência contra a mulher foi de 80% em todo o território piauiense.

O médico Marizon da Costa explica os riscos dos variados tipos de aborto. “Mal acompanhados ou mal conduzidos pode gerar complicações desde infecções, perfurações do útero, formações de aderências dentro do útero que são as sinéquias e todas elas comprometendo em maior ou menor grau a reprodutividade da mulher. O risco é triado de acordo com alguns fatores, dentre eles o fator idade”, diz.

No relatório consta que uma criança com menos de 4 anos é estuprada por semana no Piauí. No ano passado, 456 pessoas foram violentadas. No caso mais recente, ocorrido na capital, uma criança de 12 anos sofreu abuso sexual por cerca de um ano e acabou engravidando.

São três das principais causas de morte maternas no Brasil: a primeira é por hipertensão, a segunda por hemorragia e a terceira corresponde a 13%, um número alarmante que se configura através de aborto.

“É uma escolha dela, pois se foi abusada por uma pessoas que sofre de um problema de saúde, como AIDS, por exemplo, é uma opção dela”, afirma a estudante Regina Borges.

“Eu não sou a favor, porque se trata de um crime”, diz um homem que prefere não se identificar.

“Eu sou a favor. Depois se sofrer algo assim, ficará um trauma na vida dela. O feto não possui culpa”, diz a aposentada Maria Luiza.

Eduarda Miranda, vicepresidenta da OAB/PI, explica em que caso o aborto é permitido.

“Ele é autorizado pela justiça e é feito pelo fato da vítima ter sido engravidada através de um estupro. Então, uma menor de idade tem tudo para a justiça conceder”, declarou.

***Acesse no site de origem: [Em 2014, cerca de 400 abortos legais foram realizados no Piauí: 74 em 2015 \(Meio Norte, 08/07/2015\)](#)***

---

## **[Programa da RTV Unicamp discute violência sexual e aborto legal](#)**

***(Unicamp, 06/07/2015)*** Nova edição do *Pesquisa em Pauta*, programa produzido pela RTV Unicamp, apresenta tese de doutorado sobre violência sexual e o aborto legal no Brasil. O trabalho foi defendido na FCM (Faculdade de Ciências Médicas) pela aluna Carolina Leme Machado de Godoy sob a orientação da professora Arlete Maria dos Santos Fernandes. A Organização Mundial da Saúde considera a violência sexual um problema de saúde pública global. Segundo dados da própria OMS, uma em cada três mulheres que já tiveram parceiro passaram por violência física, sexual ou ambas uma vez na vida. Uma segunda estimativa feita em escala global revelou que, no ano de 2010, 7% de mulheres com mais de quinze anos sofreram violência sexual.

***Leia mais: [Criança de 12 anos engravidada após estupro e mãe solicita aborto no Piauí \(G1, 06/07/2015\)](#)***

A pesquisa realizada por Carolina tem como objetivo conhecer a vida de mulheres que sofreram esse tipo de violência, engravidaram e solicitaram, em serviço de referência em São

Paulo, a interrupção legal da gravidez. O atendimento que essas mulheres recebem e o tratamento psicológico pós-trauma fazem toda a diferença no processo. Veja mais no [link](#).

*Pesquisa em Pauta* constitui-se em um diálogo em que o orientador de um trabalho concluído, de doutorado ou mestrado, entrevista o pesquisador, autor da tese ou da dissertação. A proposta é dar visibilidade a trabalhos de qualidade, nas diferentes áreas do conhecimento, desenvolvidos no âmbito da Unicamp.

Os interessados em participar do programa com teses e dissertações podem entrar em contato pelo telefone 3521-2038, ou pelo e-mail [divulga@rtv.unicamp.br](mailto:divulga@rtv.unicamp.br).

**Acesse no site de origem:** [Programa da RTV Unicamp discute violência sexual e aborto legal \(Unicamp, 06/07/2015\)](#)

---

## **“Coisa ética a fazer”, diz diretora de ONG de aborto seguro**

*(Terra, 23/06/2015) Entidade internacional fornece informações via internet e envia pílulas abortivas, recomendadas pela OMS, a mulheres de todo o mundo*

A polonesa Kinga Jelinska recebe cerca de 200 e-mails por mês. Não só de europeus, mas de moradores de diversas outras regiões do mundo. As histórias variam bastante, mas todos têm um ponto em comum: são escritos por mulheres que estão desesperadas por conta de uma gravidez indesejada - e que encontraram na internet um tipo de auxílio que não conseguiram com órgãos oficiais de seus países.

Jelinska é diretora da Women Help Women, entidade internacional que atua no ramo de aborto seguro. De acordo com o site, a ONG trabalha com a divulgação de informações e com a distribuição de contraceptivos (para mulheres sexualmente ativas que não querem engravidar) ou pílulas abortivas (para as que querem interromper uma gestação).

“Todos os anos são realizados cerca de 42 milhões de abortos no mundo, dos quais cerca de 20 milhões são ilegais e inseguros. As restrições legais ao aborto têm apenas um efeito: as mulheres sofrem física e psicologicamente, sendo que morre uma a cada 10 minutos devido a isto”, disse a diretora em entrevista exclusiva ao Terra. “Nós somos ativistas comprometidas em apoiar mulheres. É uma coisa ética a fazer. A falta de acesso a estes serviços viola a autonomia e traz sofrimento. Cada mulher que nos escreve, compartilhando conosco as suas necessidades e sua história de vida, nos motiva. A gratidão é geralmente imensa”, completou.

Confira a íntegra abaixo.

### **Como e quando nasceu a Women Help Women?**

A Women Help Women foi fundada em 28 de Setembro de 2014 como uma ação de apoio ao Dia Mundial Pela Descriminalização do Aborto e funciona com uma rede de 30 organizações espalhadas pelo mundo (redes internacionais, linhas de apoio telefônico para o aborto seguro)

em projetos que podem ser descritos como ativismo para a informação e acesso a direitos sexuais e de reprodução. Na sua fundação, bem como agora, conta com cerca de 25 profissionais treinados em Saúde Reprodutiva, ativistas, médicos e pesquisadores.

### **O que as motivam a fazer isso?**

Há 215 milhões de pessoas que têm pouco ou nenhum acesso a métodos contraceptivos e à educação sexual e reprodutiva. Coincidentemente, as regiões onde isso acontece são também aquelas onde o aborto é criminalizado.



Protesto a favor do aborto realizado na Avenida Paulista, em São Paulo, no último Dia Internacional da Mulher (Foto: Foto: Leonardo Benassatto / Futura Press)

Todos os anos são realizados cerca de 42 milhões de abortos no mundo, dos quais cerca de 20 milhões são ilegais e inseguros. As restrições legais ao aborto têm apenas um efeito: as mulheres sofrem física e psicologicamente, sendo que morre uma a cada 10 minutos devido a isto. As restrições legais não reduzem a incidência de abortos, mas alteram as circunstâncias nas quais eles ocorrem.

A motivação da Women Help Women vai ao encontro de uma necessidade não satisfeita. Há milhões de mulheres que precisam de informação e de acesso a contraceptivos e abortos seguros. No entanto, há geralmente uma grande restrição tanto no acesso a medicamentos como à informação. O corpo das mulheres, bem como as suas escolhas e necessidades privadas em termos de reprodução, são em muitos países decididos por políticos.

### **Como funciona o trabalho da entidade?**

A Women Help Women oferece uma consulta online que permite que pessoas de todo o mundo possam pedir através da internet contracepção de emergência (pilula do dia seguinte), contraceptivos orais, preservativos femininos e outros métodos, e comprimidos abortivos (mifepristona e misoprostol) que são recomendados em documentos da Organização Mundial da Saúde e podem ser utilizados em casa até nove semanas de gestação. Os produtos chegam por correio.

O serviço de aborto médico está focado para os países onde as mulheres não têm acesso e onde, por esse motivo, sua saúde e vida estão em risco. Nós damos sempre informação sobre todas as opções, incluindo o direcionamento para clínicas, quando é possível.

A Women Help Women trabalha muito perto de parceiros em todo o mundo para garantir que mais pessoas possam ter acesso a informações e a serviços de saúde reprodutiva seguros para utilizar em casa. Por exemplo, os parceiros geram linhas de apoio telefônico ou fazem sensibilização de comunidades para ajudar as mulheres localmente.

As pessoas procuram informações, serviços e produtos online. É a realidade dos nossos dias. Mais e mais pessoas procuram na internet por informação e por produtos e serviços. A internet é internacional e é privada. A internet não tem fronteiras. Apesar das disparidades, hoje em dia cerca de 40% da população mundial utiliza a internet.



Camiseta com “slogan” de movimento pró-aborto no Brasil: “eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas” (Foto: Foto: Renato S. Cerqueira / Futura Press)

A internet e os serviços online podem contribuir para preencher uma necessidade não atendida em termos de produtos e serviços de saúde reprodutiva que de outra forma as mulheres não teriam acesso, especialmente em países onde os serviços de saúde ou restrições legais criam barreiras na obtenção de medicamentos.

É importante que as mulheres estejam armadas com conhecimento sobre a forma mais segura e efetiva de utilizar contraceptivos e medicamentos para aborto, abrindo uma possibilidade para obter medicamentos genuinamente de qualidade. É justo e é a coisa certa a ser feita. Ajuda a proteger as mulheres de práticas não seguras.

Há barreiras impostas por muitos estados devido a pressões políticas e sociais. Elas são prejudiciais e limitam a capacidade da mulher fazer as melhores decisões para si e para a sua família nas mais variadas circunstâncias em que ela possa se encontrar. O limite do acesso ao controle da natalidade bem como a contraceptivos apenas piora as desigualdades sociais.

### **Quanto pedidos de medicamentos vocês recebem por mês?**

Nós somos uma organização jovem, atualmente recebemos cerca de 200 e-mails por mês. Os nossos parceiros apoiam muito mais mulheres nas suas regiões e localidades.

### **Em países onde não são permitidos, eles não são barrados?**

Na maioria dos países é permitido receber medicamentos para uso pessoal. Nos dias de hoje, ainda há muitas mulheres que encontram barreiras desnecessárias ao acesso: sejam barreiras econômicas, falta de disponibilidade ou necessidade de ser casada para ter acesso a contraceptivos e aborto.

Por ano, 42 milhões de mulheres abortam, independentemente de quaisquer restrições legais. O aborto é um direito e é um evento comum na vida das mulheres, não um crime. Uma em cada três mulheres terá pelo menos um aborto durante a sua vida. Quando os estados negam os direitos das mulheres, as mulheres arranjam os seus próprios meios e provocam abortos seguros com comprimidos.

Quando os estados não ajudam, as mulheres arranjam um jeito de se ajudar entre si. É por isso que o nosso nome é Women Help Women.



Imagem da edição de 2015 da Marcha das Vadias de SP (Foto: Foto: Janaína Garcia / Terra)

### **Vocês não dão nenhum valor no site, apenas sugerem contribuições. Como conseguem dinheiro?**

A Women Help Women é uma organização sem fins lucrativos que pede que as pessoas façam uma doação em troca do serviço que pediram. Pedir às mulheres que façam uma doação cria uma verdadeira cadeia de solidariedade - a contribuição de uma mulher ajuda a próxima mulher a conseguir contraceptivos e aborto ao mesmo tempo em que suporta o ativismo na área dos direitos de saúde reprodutiva em todo o mundo.

Nós pedimos doação a todas. Até a menor contribuição pode salvar ou mudar a vida de outra mulher. Nós não temos nenhum grande doador, pedimos a indivíduos para contribuir para o nosso projeto.

### **Como vocês "sobrevivem"? Afinal, o serviço - tanto a divulgação das informações**

### **como o envio de medicamentos - pode ser considerado crime em alguns países.**

Manter o aborto restrito ou ilegal é uma violação dos direitos humanos. Vários tratados internacionais sobre direitos humanos que são assinados por muitos países, incluindo o Brasil, são violados pelos próprios assinantes. O único resultado desse tipo de regulação é o sofrimento e a morte de mulheres. No Brasil, infelizmente, muitas histórias trágicas têm sido reveladas nos últimos meses e a situação das mulheres é dramática. O aborto é um direito humano e moral das mulheres.

### **Já tiveram problemas com a internet ou com a justiça de algum país?**

Não. É também um direito humano receber e dar informações. O nosso website promove informação publicamente disponibilizada pela Organização Mundial da Saúde. Este conhecimento pertence às mulheres. De fato, os estados têm a obrigação de promover esse tipo de conhecimento.

### **Oferecer medicamentos para abortos caseiros não é perigoso?**

Faz parte da prática médica comum de vários países as mulheres tomarem comprimidos abortivos em casa até nove semanas de gestação. Também são vendidos contraceptivos orais e de emergência sem receita médica. Isto significa que milhões de mulheres no mundo já fazem isto.

Muitas autoridades médicas e internacionais aconselham a eliminação de barreiras desnecessárias para o acesso. Isto beneficia apenas as mulheres. A resistência à remoção destas barreiras tem uma base política e não se relaciona com questões de segurança - até a Organização Mundial da Saúde afirma que os comprimidos abortivos tomados no início da gestação são seguros de tomar fora de ambientes clínicos.

*Elisa Feres*

**Acesse no site de origem:** ["Coisa ética a fazer", diz diretora de ONG de aborto seguro \(Terra, 23/06/2015\)](#)

---

## **Seminário discute o direito das mulheres ao aborto; assista**

**(Portal Fórum, 15/06/2015)** Promovida pelo Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA), série de debates abordará a importância de dar à mulher o direito à interrupção da gravidez e quais as consequências da criminalização deste ato

Nesta segunda-feira (15), acontece, a partir das 20h, o debate "Direito e Aborto", realizado pelo Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA). O evento é a primeira etapa do Seminário Sequencial Sociedade e Aborto, que discute a importância e o direito da mulher à interrupção da gestação.

Os debates acontecerão sempre das 20h às 21h30. Os próximos abordarão os temas "Religião e

Aborto” (17/06), “Saúde Pública e Aborto” (22/06) e “Mulheres e Aborto” (25/06).

Participarão da edição de hoje:

**Ana Gabriela Braga:** Doutora em Criminologia pela USP, professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp/Franca, coordenadora adjunta do Núcleo de Pesquisas do IBCCRIM.

**Maíra Fernandes:** Advogada criminal, membro das Comissões OAB Mulher, Bioética e Biodireito, OABRJ, membro do CLADEM Brasil e presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

**Jefferson Drezett:** Especialista em Ginecologia e Obstetrícia pela Universidade Estadual de Campinas, doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC, coordenador do Núcleo de Violência Sexual e Aborto Legal do Hospital Pérola Byington, membro do GEA.

**Tamara Amoroso Gonçalves:** Advogada pela PUC/SP e mestre em Direitos Humanos pela USP. Integrante do CLADEM/Brasil e do Conselho Consultivo da Global Doctors for Choice Brasil.

**José Henrique Rodrigues Torres:** Juiz de Direito, Professor de Direito Penal da PUC-CAMPINAS. E Membro do IBCCRIM e da Associação Juízes para a Democracia.

**Rubia Abs da Cruz:** Advogada Mestranda em Direitos Humanos - UniRitter Laureate International Universities - Bolsista CAPES - Coordenadora Nacional CLADEM Brasil - Comitê Latino Americano e do Caribe em Defesa dos Direitos das Mulheres.

**Jacqueline Pitanguy:** Socióloga e Coordenadora Executiva da ONG CEPIA.

**Ana Rita Souza Prata:** Defensora Pública do Estado de São Paulo desde setembro de 2007, atua na área de promoção e defesa dos direitos da mulher como coordenadora auxiliar do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher.

**Ana Paula Meirelles:** Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo.

**Acesse no site de origem:** [Seminário discute o direito das mulheres ao aborto; assista \(Portal Fórum, 15/06/2015\)](#)

---

## **[Proposta inclui na Constituição o direito à vida desde a concepção](#)**

**(Senado Notícias, 08/06/2015)** A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 29/2015, do senador Magno Malta (PR-ES), altera o artigo 5º da Constituição, garantindo a inviolabilidade do direito à vida “desde a concepção”. Para o senador, a redação atual do texto constitucional

não assegura proteção jurídica à vida na fase de gestação. Segundo ele, é nesse período que o ser humano está mais dependente de amparo em todos os aspectos. Saiba mais na nova edição do programa *Projeto em Destaque*, da Rádio Senado.

**Ouçã a matéria:** [Proposta inclui na Constituição o direito à vida desde a concepção](#)

**Leia mais:** [País terá “longo processo para evoluir”, diz Dilma sobre legalização do aborto \(UOL, 08/06/2015\)](#)

**Acesse no site de origem:** [Proposta inclui na Constituição o direito à vida desde a concepção \(Senado Notícias, 08/06/2015\)](#)

---

## **Seminário Sequencial Sociedade Civil e Aborto - São Paulo/SP, 15, 17, 22 e 25 de junho**

O Grupo de Estudos sobre o Aborto - GEA gostaria de convidá-la(o) para participar do Evento “Sociedade Civil e Aborto” que ocorrerá nas seguintes datas: 15/06, 17/06, 22/06 e 25/06/2015, sempre no horário das 20h às 21h30.

Os quatro (4) eventos serão parte do Seminário Sequencial Sociedade Civil e Aborto e serão totalmente ao vivo pela internet\*\* em formato de hangout\*.

O objetivo deste seminário é produzir conteúdos a partir do debate e ampliar acesso as informações sobre questões médicas, legais, históricas e sociais acerca do tema do aborto para fomentar diálogos com os diversos setores da sociedade. Cada participante (palestrante, comentarista ou coordenador) falará sobre sua área de atuação (sua experiência).

O Seminário acontecerá sempre das 20h às 21:30h, nas seguintes datas com os seguintes temas:

15 junho: Direito e Aborto

17 junho: Religião e Aborto

22 junho: Saúde Pública e Aborto

25 junho: Mulheres e Aborto

### **Informações importantes**

Cada evento terá um(a) (1) coordenador(a) do GEA, cinco (5) palestrantes e (5) comentaristas.

Cada palestrante terá 5 min para exposição e cada comentarista terá 3min para comentários.

Haverá espaço para responder questões apresentadas pelas pessoas que estiverem acompanhando a transmissão.

**Todas(os) palestrantes/participantes deverão ter um e-mail no Gmail**, e deverão adicionar o nosso e-mail: [web.geasite@gmail.com](mailto:web.geasite@gmail.com) onde será realizada a transmissão.

Cada palestrante (ou participante) precisa de um computador com conexão com a internet, webcam e microfone. É importante que cada palestrante use fone de ouvido para facilitar a sua própria participação.

\*O que é um hangout?

O Google Hangouts é um serviço de conversa em vídeo e texto do Google. Ele possibilita a realização de vídeo conferências entre palestrantes previamente definidos com transmissão ao vivo e disponibilidade de chat sem limite de ouvintes/espectadores.

Os palestrantes terão imagem e voz compartilhadas, de forma interativa e instantânea, com todos os integrantes do grupo que estiverem conectados. Os ouvintes poderão fazer comentários em texto pelo chat.

Além disso, o hangout será transmitido ao vivo para o público em geral (ouvintes). Isso possibilita a adesão de um número ilimitado de pessoas, que assistirão o debate e poderão participar enviando os seus comentários via chat (mensagem de texto).

\*\*Este seminário contará com palestrantes de diversos estados ao mesmo tempo (caso aceite participar, Everton Rodrigues ou Alexandre Vega da empresa PRISMA entrará em contato para explicar e resolver todos os detalhes técnicos).

Everton Rodrigues: [evertonlivre@gmail.com](mailto:evertonlivre@gmail.com) (11) 94384-5339

Alexandre Veja: [alexandrevega@gmail.com](mailto:alexandrevega@gmail.com) (11) 98527-8572

---

## **'Marcha das Vadias' pede legalização do aborto em protesto na Av. Paulista**

**(G1, 30/05/2015)** *Participantes do ato se reuniram no vão do Masp e saíram em passeata. Elas usaram faixas e cartazes para protestar também contra o machismo.*

A quinta edição da "Marcha das Vadias" de São Paulo teve como tema central a legalização do aborto. O grupo de ativistas se concentrou no vão livre do Masp e saiu em caminhada na Avenida Paulista no início da tarde deste sábado (30). Cerca de 150 pessoas participam do ato, segundo a Polícia Militar (PM). A manifestação também percorreu a Rua Augusta e foi encerrada na Praça Roosevelt.

### **Leia mais:**

[Cerca de mil ativistas protestam na Marcha das Vadias no Centro do Recife \(Jornal do Comercio, 30/05/2015\)](#)

[Feminicídio de Estado: 'Marcha das Vadias' reivindica descriminalização do aborto no Brasil \(Opera Mundi, 31/05/2015\)](#)



Marcha desce a Rua Augusta no sentido Centro após deixar a Av. Paulista. A concentração foi no vão livre do Masp (Foto: Douglas Pingituro/Brazil Photo Press/Estadão Conteúdo)

Integrante do coletivo da “Marcha das Vadias”, uma funcionária pública de 29 anos que preferiu não se identificar contou ao G1 sobre um aborto que fez aos 14 anos, quando engravidou do primeiro namorado. “Nunca tinha ido ao ginecologista. Não vou dizer que não tinha nenhuma informação, mas não estava totalmente preparada para me prevenir”, relatou.

Clique e assista ao vídeo:



Com o apoio dos pais, ela realizou o aborto em uma clínica clandestina, “com toda a segurança, toda a higiene, com um obstetra e um anestesista”, pontuou. A jovem não teve nenhum tipo de seqüela e disse que o processo não causou nenhum trauma, mas milita pela causa porque “muitas meninas não têm condições, tem que ir para um ‘açougueiro’ mesmo ou comprar Citotec [remédio abortivo] de um modo clandestino e perigoso”.



Grupo pede legalização do aborto na 'Marcha das Vadias' durante manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo (Foto: Paula Paiva Paulo/G1)

Na concentração do evento, uma oficina de Sling – tecido que serve para carregar o bebê junto ao corpo – reuniu mães feministas. A ilustradora Camila Conti, de 34 anos, conta que já participou da marcha outras vezes, mas levou pela primeira vez o filho, de 1 ano e um mês.

Ela disse que fez parto domiciliar, aprendeu muito sobre maternidade ativa, e hoje luta contra a violência obstétrica e outras causas de gênero relacionadas à maternidade. “Quando me vi mãe, vi que o mercado de trabalho fecha as portas”, contou. “Sou a favor da legalização do aborto. Acho fundamental que a maternidade seja uma escolha, e não um castigo”.

Integrante do coletivo da marcha das vadias, Samanta Dias, de 30 anos, afirmou que a meta é pedir a legalização do aborto até pelo menos a 12 semana, garantido pelo SUS e determinada apenas pela escolha da mulher. A ativista também defende que a medida “garantiria a sobrevivência das mulheres negras e pobres, que são as que sofrem mais sequelas [do aborto clandestino]”.



Grupo usa cartaz para protestar contra a criminalização do aborto na concentração antes da Marcha das Vadias na região da Avenida Paulista, em São Paulo (Foto: Paula Paiva Paulo/G1)



Grupo usa cartaz para protestar contra a criminalização o do aborto na concentração antes da Marcha das Vadias na região da Avenida Paulista, em São Paulo (Foto: Paula Paiva Paulo/G1)



Grupo prepara cartazes em concentração antes da Marcha das Vadias na região da Avenida Paulista, em São Paulo (Foto: Paula Paiva Paulo/G1)



Grupo prepara cartazes em concentração antes da Marcha das Vadias na região da Avenida Paulista, em São Paulo (Foto: Paula Paiva Paulo/G1)

*Paula Paiva Paulo*

**Acesse no site de origem:** [‘Marcha das Vadias’ pede legalização do aborto em protesto na Av. Paulista \(G1, 30/05/2015\)](#)

---

## [Leis e políticas de aborto da América Latina punem milhões de meninas e mulheres](#)

**(Anistia Internacional, 30/05/2015)** Desde uma menina de 10 anos que foi estuprada e teve seu aborto negado no Paraguai, até mulheres presas em El Salvador por terem tido um aborto espontâneo, milhões de mulheres e meninas de toda América Latina estão sofrendo por causa das leis e políticas de aborto discriminatórias e desatualizadas, segundo a Anistia Internacional.

**Leia mais:**

['Marcha das Vadias' pede legalização do aborto em protesto na Av. Paulista](#)  
[Aborto clandestino é a quinta maior causa de mortalidade das mães](#)  
[Direito ao aborto lidera pesquisa nos Estados Unidos \(Exame, 29/05/2015\)](#)

Erika Guevara Rosas, diretora das Américas na Anistia Internacional, disse que “No dia internacional da ação para a saúde da mulher, incontáveis mulheres desde o Caribe até a América do Sul estão sofrendo terrivelmente com leis e políticas perversas que violam seu direito de ter controle sobre o próprio corpo, sua saúde e sua vida”.

“Infelizmente, ainda há um longo caminho a ser seguido. No início da semana, a Comissão de Justiça do Congresso do Peru desapontou vítimas de aborto ao se negar em garantir que mulheres e meninas que foram vítimas de estupro tenham a opção de acesso a serviços de abortos legais e seguros”.

“Todo dia, meninas e mulheres são compelidas a continuar gestações indesejadas, mesmo que elas tenham sido estupradas, ou estão com fetos inviáveis, ou sua saúde e vida estejam em risco. É a hora de todos os governos da região que mantêm essas leis antigas e cruéis tenham consciência do sofrimento e da terrível injustiça que eles estão infligindo a mulheres e meninas. É o tempo para eles se comprometerem com uma mudança real.”

Especialistas em América Latina da Anistia Internacional estão disponíveis para entrevistas para falar sobre os desafios regionais e progressos nos direitos reprodutivos e sexuais de mulheres.

**Acesse no site de origem:** [Leis e políticas de aborto da América Latina punem milhões de meninas e mulheres \(Anistia Internacional, 30/05/2015\)](#)